



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 3/2006**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO  
DE 2006: -----**

----Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Dr.ª Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Dr. Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

**----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----**



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta do sr. Deputado Manuel Ferreira Inocêncio, o qual apresentou a respectiva justificação. -----

----**HORA DE ABERTURA:** Eram dezassete horas e vinte e cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e a ausência anteriormente referidas. -----

----**INFORMAÇÕES:**-----

----Usou da palavra o 1º. Secretário da Mesa da Assembleia, Eng.º. Calisto Coquim, para se reportar à recente visita, no passado mês de Maio, ao concelho de Mira, do sr. Governador Civil do Distrito de Coimbra. Disse que tinha tido a honra de representar a Assembleia Municipal, pelo menos no dia de recepção, tendo depois acompanhado a visita na medida da sua disponibilidade e informou que a visita tinha constado de uma reunião de trabalho, levada a efeito naquela mesma sala e também da deslocação a locais mais sensíveis do concelho; que, o referido representante do Poder Central se tinha feito acompanhar de diversos Directores Regionais; que, testemunhou o empenho e o esforço que a Câmara Municipal tinha feito junto de todas aquelas entidades para que alguns dos assuntos pendentes e de interesse para o concelho de Mira, fossem resolvidos rapidamente, assim como tinha testemunhado o empenho pessoal, quer do sr. Governador Civil, quer dos senhores Directores Regionais, na resolução desses mesmos problemas; que, basicamente se tinha tratado de questões de segurança relativamente a incêndios e outras questões de nível geral, necessidade de trabalhos a executar em



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algumas vias de comunicação, limpeza das florestas, assim como em obras que a Câmara Municipal considera como principais, como era o prolongamento da A17, a Variante à Praia de Mira e a beneficiação da Variante Sul que se encontrava em péssimo estado, tendo o sr. Governador Civil confirmado “in loco” essa mesma necessidade. -----

----O sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, sr. Mário Manata interveio para dizer que se congratulava com a visita do sr. Governador Civil e pela maneira aguerrida como o sr. Presidente da Câmara tinha exposto os problemas existentes, tendo verificado que no momento certo e no sítio certo estava a pessoa certa para dar explicações, apenas lamentou que a visita não tivesse sido extensiva aos Carapelhos. De seguida lamentou que tivesse havido um concerto no salão nobre da Câmara Municipal, há poucos dias e tivesse estado tão pouca assistência, pouco mais de uma dúzia de pessoas, sendo frustrante para quem actua e certamente também para o Executivo e até mesmo para os assistentes, pelo que sugeriu que algo fosse feito para que tal não voltasse a acontecer. -----

----Ainda durante o período de informações, o sr. Presidente da Mesa da Assembleia, referiu a existência de convite para as cerimónias do Campeonato Internacional de Columbofilia, tendo ainda dito que a iniciativa era de louvar e realçar, dado que o “Columbódromo Gaspar Vila Nova” era já um *ex libris* nacional e internacional do concelho de Mira e deveria ser promovido, apoiado e por todos incentivado. Deu, igualmente, conhecimento da realização, naquele mesmo dia, de um jantar-debate, promovido pela Direcção da Associação Empresarial de Mira, subordinado ao tema “Simplex” e, ao mesmo tempo a cerimónia da tomada de posse dos respectivos órgãos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociais para o biénio 2006/2008, no aparthotel Miravillas, do mesmo passo que agradeceu o convite ao sr. Presidente da Direcção, ali presente e disse que a Direcção era seguramente credora da confiança de todos e seria também digna do trabalho que iria desempenhar ao serviço da Associação Empresarial de Mira. Deu ainda conhecimento da resolução política aprovada na vigésima terceira Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, realizada na Áustria em Maio último, da realização de debate promovido pela Fundação Antero de Quental, no dia 3 de Julho, no Auditório da Unidade de Saúde de Coimbra, subordinado ao tema “Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território” e “Plano Regional de Ordenamento do Território”, para a Região Centro e também da prestação de contas da AIRC-Associação de Informática da Região Centro, que disponibilizou para consulta, assim como as revistas da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

----**VOTO DE PESAR:** -----

----Sob proposta do sr. Presidente da Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade pelo Órgão Deliberativo um voto de pesar pelo recente falecimento do exº. Sr. Presidente da Região de Turismo do Centro. -----

----**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:**-----

----Tendo sido posta à apreciação a acta da sessão anterior, realizada em 28 de Abril de 2006, foi a mesma **aprovada por maioria**, com duas abstenções dos senhores deputados Dr. Cristina Jorge e Dr. Paulo Grego, por não terem participado nos trabalhos a que a mesma se reporta. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O sr. deputado Prof. Luis Lourenço quis fazer uma correcção ao contido na página 35 e início da página 36, relativamente à intervenção por si proferida, porquanto não estava referido que tinha questionado a razão de ser de se estar a pagar a água, em média, a cerca de 0,40€/ m3, uma vez que tinha sido explicado pelo Chefe da DOM, Eng.º Rui Silva, que o custo da água por metro cúbico era de cerca de 0,12 €. -----

----Do mesmo modo, o sr. deputado Dr. Juan António Apolinário se referiu à sua intervenção, inserta na página 5, sugerindo uma correcção, no sentido de que não se tinha referido à venda da Cooperativa, mas sim à venda dos terrenos da Cooperativa, ao mesmo tempo que na página 20, por uma questão de rigor de números, quando era referido 700.000,00€, 800.000,00€ e 1.000.000,00€, em todas essas quantia faltava acrescentar um zero, porquanto se tratava de 7.000.000,00€, 8.000.000,00€ e 10.000.000,00€.-----

----O sr. deputado Filipe Barreto lembrou que não possuía nenhum grau académico e que, portanto, mesmo agradecendo a deferência dispensada, o texto deveria ser repostado, em abono da verdade.-----

----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----Iniciou-se este período da reunião com a intervenção do sr. deputado Eng.º Carlos Monteiro que solicitou informações relativamente ao processo judicial existente entre a Câmara Municipal de Mira e a empresa “Miraférias”.-----

----Seguiu-se a intervenção do líder da bancada do PSD, Dr. Raul Almeida que, depois de a todos os presentes dirigir uma saudação, começou por se reportar à ausência do sr. Presidente da Câmara, opinando que deveria haver o cuidado de fazer coincidir as datas



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das sessões da Assembleia Municipal com a disponibilidade das agendas do sr. Presidente da Mesa da Assembleia e também do sr. Presidente da Câmara, por forma a que não se voltasse a repetir a ausência do sr. Presidente da Câmara nas sessões do Órgão Deliberativo; que, tinha sido ali informado na sessão anterior que o sr. Presidente estava ausente por estar em representação do município, pelo que pretendia saber qual seria essa actividade e quais os resultados da mesma para o bem do Município. Por fim, quis saber o motivo da não utilização do logótipo anteriormente aprovado para o Município, o qual estava devidamente inscrito no Registo Nacional de Pessoas Colectivas, contendo como símbolo a letra “M” que simplesmente significava “Mira”, não tendo mais qualquer conotação e, por isso, disse, pretendia saber porque tinha sido abandonada aquela imagem, se tinha havido algum estudo para esse efeito ou se tinha sido uma decisão pura e simplesmente política. -----

----O sr. deputado Pedro Nunes felicitou a Câmara Municipal pela realização das Marchas Populares e também dos jogos “Municípios sem fronteiras”, em que tinha havido imensa participação, sobretudo da juventude o que era de aplaudir. Sobre o eventual encerramento de algumas extensões de saúde do concelho, perguntou se a Câmara Municipal concordava com tal medida ou se sabia algo mais sobre tal assunto para poder expor à Assembleia, lamentando, no caso de ser verdade os boatos que corriam, o encerramento dessas infra-estruturas, as quais, em muitos casos, designadamente no tocante à extensão da Barra, tinham sido feitas a expensas das populações locais, tendo havido pouca ou nenhuma contribuição da parte do Governo Central. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Para responder às questões anteriores, usou da palavra o sr. Presidente da Câmara que, depois de a todos dirigir um cumprimento, começou por agradecer as palavras do deputado sr. Pedro Nunes sobre a continuidade de duas actividades que já vinham de trás, as marchas e os jogos sem fronteiras, lembrando que sempre tinha afirmado e continuaria a afirmar que o que de bom tinha sido feito anteriormente era de dar continuidade, independentemente de quem lhe tinha dado origem. Sobre a continuidade ou não das extensões de saúde concelhias, lamentou não poder dar qualquer resposta, uma vez que a Câmara Municipal não tinha qualquer conhecimento oficial do assunto; que, naturalmente estava sensível ao problema e até muito preocupado com ele; que, apenas conhecia o processo por aquilo que aparecia nos jornais e que se viesse a ser dado conhecimento oficial da situação, a Câmara tomaria também uma posição oficial. Quanto à intervenção do sr. deputado Dr. Raul Almeida, explicou que o Presidente da Câmara tudo faz para estar presente nas reuniões da Assembleia Municipal, mas quando isso não é possível daí não advém nenhum problema, até porque fica muito bem representado, a Câmara Municipal é uma equipa coesa e não será por aí que existirá qualquer relevância na questão; que, quanto à questão de saber o que estaria a fazer nesse dia, disse que não iria responder e considerava até a questão menor, apenas dizia que estava em representação do município, como sempre estava, em qualquer situação. Relativamente ao processo “Miraférias”, disse que o assunto tem vindo a ser questionado nas reuniões do Executivo, que se trata de assunto muito sério e grave e era bom que os cidadãos de Mira, os eleitos e a própria Assembleia Municipal, como órgão de excepção, tivessem o conhecimento concreto do assunto; que, tratando-se do assunto



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

gravoso que era, entendia por bem dar a conhecer o teor do parecer emitido pelo Advogado do Município e, de forma resumida, disse o seguinte: que, há cerca de 20 anos tinha havido um contrato-promessa para o espaço onde hoje se encontra o empreendimento “Miravillas”, elaborado pelo Presidente da Câmara, na altura, sr. João Cupido, com a empresa “Miraférias”; que, essa empresa tinha ocupado e tinha feito ali alguns trabalhos, mediante o tal contrato-promessa; que, entretanto, já na vigência do mandato do sr. João Evangelista Rocha de Almeida, os terrenos foram entregues, mediante despacho, a “Mira Development, S.A.”; que, muita coisa tinha acontecido entretanto e mais tarde, já na altura do seu primeiro mandato como Presidente da Câmara foram levantadas questões pela empresa “Miraférias”, relativamente a pedidos de indemnização e outros direitos que teriam sido coarctados; que, na vigência dos seus dois mandatos consecutivos, tinha sido feito tudo o que era possível de ser feito, em termos jurídicos e o processo nunca tinha chegado a ir a audiência; que, tinha havido algumas contingências relativamente a Tribunais, uns entendiam que o processo deveria ser tratado no Tribunal em Vagos, outros no Tribunal Administrativo e o processo tinha-se arrastado e em 1999 a empresa “Miraférias”, tinha pedido uma peritagem, que demorou muito tempo e com a vitória do PSD nas eleições autárquicas em 2001, o processo tinha transitado para esse mandato, tendo a Câmara acabado por ser condenada em cerca de 3.200.000 contos; que, quando tinha iniciado o actual mandato ficou a saber que tinha havido recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, onde actualmente o processo se encontrava; que, por informações de que dispunha, sabia que a situação estava muito complicada e que a Câmara Municipal corria o sério risco de ter





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que abarcar com a condenação aplicada, o que seria catastrófico para o município; que, o actual executivo declinava qualquer responsabilidade processual ou outra na questão, quer na sua génese, quer no acto condenatório e tudo seria feito para inverter a situação; que, não podia permitir que houvesse confusões à volta de um assunto que era tão claro e ao mesmo tempo tão gravoso para o concelho e cada um teria que assumir as suas responsabilidades, assim como ele próprio assumiria as suas se fosse o caso; que, assim, dava conhecimento do problema à Assembleia Municipal e, se necessário fosse, o Advogado do Município estaria também disponível para dar os esclarecimentos julgados convenientes; que, se se confirmar o acto condenatório de 2005, a Câmara estaria com um grave problema para resolver, ainda mais na actual situação financeira, com a capacidade de endividamento reduzida a negativo e que a situação o trazia muito preocupado e angustiado sobre o futuro do concelho de Mira no caso de se vir a concretizar a condenação aplicada.-----

----No uso do direito de resposta, o deputado Dr. Raul de Almeida disse que o sr. Presidente certamente não tinha percebido bem a sua questão relativamente à sua ausência da anterior sessão; que, não tinha nada a ver com a vida privada do sr. Presidente e tinha até ressalvado na sua pergunta que, se a sua ausência se tinha ficado a dever ao facto de ter estado a tratar de algum assunto da Câmara Municipal, gostaria de ser informado de que assunto se tratava, não querendo, de modo nenhum, ferir a sua susceptibilidade em nada. Quanto à questão do logótipo lembrou que não tinha sido dada qualquer explicação e, por último, relativamente ao processo “Miraférias”, todos tinham a mesma vontade de que o município não fosse condenado e, no caso de o ser,



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que fossem apuradas responsabilidades políticas e outras, de qualquer forma não podia ser feito um julgamento sem ter havido uma decisão.-----

----Novamente o sr. Presidente usou da palavra para responder sobre a questão do logótipo, tendo dito que era princípio do Executivo dar continuidade às questões que eram consideradas boas e meritórias para o concelho, como também era legitimidade de qualquer Executivo eleito corrigirem o que entendiam estar menos bem, assim como traçar orientações sobre a imagem do município, como era o caso do logótipo; que, se estava a pensar melhorar a simbologia e era disso que se tratava e para isso, melhor que ele, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego, poderia fazer uma explicação do que era pretendido. ----- ~

----Autorizado pelo sr. Presidente da Mesa da Assembleia a intervir, o sr. Vereador Dr. Miguel Grego, informou que os documentos estavam a ser catalogados, no âmbito da certificação da qualidade e tinha sido no âmbito dessa reestruturação, da homologação de todos os documentos, que o logótipo tinha sido alterado, passando a existir documentos normalizados, fruto do projecto da Modernização Administrativa; que, se tinha optado por utilizar simplesmente o brasão do Município, na sequência, aliás, das orientações emanadas da empresa que estava responsável pela certificação da qualidade.

----Seguiu-se a intervenção do deputado sr. João Maria Nogueira que se reportou ao hasteamento da bandeira azul na Praia de Mira, desde há cerca de 20 anos, tendo dito que tinha chegado a constar e tinha até sido notícia na comunicação social que no corrente ano não seria hasteada; que, todos tinham obrigação de trabalhar no sentido do concelho merecer aquele galardão e a própria natureza nisso também se empenhava, as



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

próprias gaivotas ao anoitecer, se encarregavam de limpar alguns desperdícios deixados na areia, sobretudo por crianças, como eram restos de bolos, frutas, etc., exercendo um papel preponderante na limpeza da praia; que, a limpeza de uma terra com a bandeira azul, não se confinava somente ao areal, mas englobava também as estradas, as matas, as valas, caminhos, jardins, etc., tudo isso contribuía para influenciar, pelo que pretendia ser esclarecido pelo sr. Presidente da Câmara sobre o que realmente se tinha passado para ter sido anunciado que estava em causa o hasteamento da bandeira que, graças a Deus, sempre tinha sido içada, para orgulho dos Mirenses. -----

----O deputado Dr. Juan António interveio, saudando a todos os presentes, em especial o Dr. João Faustino, por ser a primeira vez que ali estava, merecendo saudação especial, até por ser um Mirense ao serviço da Autarquia. Disse, depois que, a bandeira azul era um símbolo deveras importante para o concelho, por tudo o que representava e gostaria também de saber do sr. Presidente da Câmara o que, em concreto, se tinha passado, porque da leitura que tinha feito da imprensa, tinha achado das intervenções do sr. Presidente um pouco despropositadas e fora do prazo, salvaguardando, contudo, que leu essas declarações num contexto jornalístico que podia muito bem não ter sido o contexto em que o sr. Presidente as tinha dado; que, alertar para situações que tinham corrido menos bem, transmitia a imagem de que esta bandeira azul seria de menos qualidade porque o próprio Presidente da Câmara tinha alertado para o facto de não a podermos ter; que, se de facto tinha havido lacunas ou situação menos correctas, deveriam ser devidamente escarpelizadas interiormente pela Câmara e não serem transmitidas para o exterior qualquer situação menos correcta porque, no fundo, era a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imagem de Mira que estava em causa e tinha que ser defendida; que, a ser verdade o teor das afirmações, os próprios factos relatados pelo sr. Presidente eram motivo suficiente para o galardão não ter sido atribuído, por isso solicitava algum esclarecimento mais objectivo. Ainda sobre a imagem do concelho, lembrou, de novo, a necessidade de beneficiação da rotunda a norte do concelho, querendo saber se já tinha sido feita alguma démarche junto do Instituto de Estradas, o que se pretendia para ali, sendo interessante a existência de alguma simbologia que alertasse para o facto de se estar a entrar no concelho de Mira. Louvou, depois a ideia de colocação de palmeiras ao longo da marginal da Praia de Mira, dizendo tratar-se de um pequeno gesto que acabava por embelezar um pouco mais e dignificar a Vila da Praia de Mira. Por fim, perguntou se já estava feita a inventariação de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais da Autarquia. -----

----O deputado sr. Dr. Paulo Grego interveio para se congratular pelas diversas actividades que têm vindo a ser feitas pelo Executivo, apesar das dificuldades, como era o caso da “Mostra Mira Coreográfica”, o “Dia Mundial da Criança”, os “Campeonatos Nacionais de Patinagem Artística”, os jogos “Mira sem Fronteiras”, as marchas populares, entre outros. Do mesmo modo, deu um louvor ao sr. Presidente da Câmara pela sua actuação, aquando da visita do sr. Governador Civil, tendo gostado particularmente da forma aguerrida como tinha defendido o concelho perante os Directores Regionais presentes, tendo ficado uma vez mais com a certeza de que se tratava da pessoa certa no local certo. Apresentou, depois, pequenas notas que, em sua opinião poderiam melhorar o concelho, uma delas era a deficiente sinalização existente



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na Rua Dr. João Simões Cúcio, em Portomar, não impedindo que os carros se desloquem em sentido contrário, sendo também insuficiente para se poder encontrar o culpado, no caso de um acidente, uma vez que não tinha sinais de sentido obrigatório. Outra coisa que lhe parecia relativamente fácil de conseguir e sugeria ao sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, era a criação de um estacionamento para bicicletas, pelo menos na zona próxima do Campo do Touring. Perguntou em que estado estava a execução da Variante Norte, se já havia data prevista para a sua inauguração e terminou felicitando o sr. Presidente da Assembleia Municipal pela grande variedade de horários que tem conseguido na marcação das sessões, possibilitando, desta forma, que todos possam estar em pé de igualdade, já que a disponibilidade de horários varia de pessoa para pessoa. -----

----Nesta altura, eram cerca de 18:20 horas, ausentou-se da sessão a Sr.<sup>a</sup>. deputada Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Baião.-----

----Para dar resposta às intervenções anteriores, foi dada a palavra ao sr. Presidente da Câmara que começou por concordar com a opinião manifestada pelo sr. deputado Dr. Juan António, no sentido de que a entrada norte do concelho necessita de ser valorizada, já devia até ter sido e não têm faltado acções da Câmara Municipal relativamente a isso, desde a visita do sr. Governador Civil, até à vinda a Mira do sr. Director Regional que se deslocou a Mira para tratar de outras questões no âmbito da rede viária, inúmera correspondência enviada pela Câmara Municipal às diversas entidades, etc., até porque a Câmara Municipal lutava com sérias dificuldades para conseguir preservar o concelho limpo, com os poucos recursos que tinha e, ainda por cima, com um ano em termos de



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições climáticas a proporcionar o crescimento constante das ervas daninhas; que, também concordava com a opinião de que o concelho necessitava de uma outra imagem mas suas entradas e, a seu tempo, também isso seria resolvido; que, no tocante às palmeiras, a verdade era que não era tarefa fácil arranjar uma espécie que se ambientasse àquele sítio, tendo já sido feitas inúmeras tentativas para conseguir encontrar a espécie mais resistentes aos ventos e areias ali existentes e, por isso, tinha-se feito uma experiência inovadora que era colocar as palmeiras já envasadas ao longo da avenida, onde permaneceriam de Abril a Outubro e seriam recolhidas durante o Inverno para não sofrerem com as intempéries, mas, para espanto seu, as palmeiras estavam a ficar amarelecidas e, se calhar ainda não tinha sido desta vez que o problema tinha ficado resolvido, apesar de estarem em vasos gigantes e de serem regadas todos os dias. Sobre o caso da bandeira azul, esclareceu que se tinha tratado de uma situação muito angustiante, a partir do momento em que a Câmara tinha sido avisada particularmente, por alturas de Março, que tinha sido perdida essa distinção, que o projecto da Câmara Municipal de Mira não tinha seguido para a Comunidade Europeia, tinha havido duas análises da água do mar feitas em Julho e Agosto de 2005, com registo negativo, sendo fácil de imaginar o estado de espírito que se instalou perante aquele facto; que, desde logo, começou a desbravar caminho, tendo chegado a falar com o Presidente da Bandeira Azul da Europa, em Lisboa, não tendo sido nada fácil para si lá chegar e, na verdade, chegou a sentir a bandeira como perdida; que, procurou sempre não fazer qualquer alarme junto da opinião pública, pelo contrário, tinham sempre procurado, por todos os meios, dar a volta ao assunto; que, tinham sido responsabilizados os serviços



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da CCDDR-C, do INAG, tinha entrado em contacto com o gabinete do sr. Primeiro Ministro para solicitar ajuda, até porque se tinha a consciência de que se tratava de um acto de injustiça e havia alguns falhanços das próprias entidades intervenientes que tinham que ser questionados, até porque, a fazer fé nas análises, a bandeira deveria ter sido arreada logo em 2005 e isso não se tinha verificado; que, a primeira resposta do gabinete do sr. Primeiro-Ministro foi no sentido de que, havendo problemas ambientais, não se punha, sequer, a hipótese de se inverter a situação, aliás essa era a resposta que esperava, sendo o sr. Eng.º. José Sócrates um acérrimo defensor do ambiente como sempre demonstrou ser; que, convencer as entidades de que não existiam problemas ambientais, que não corriam quaisquer efluentes industriais ou domésticos para o mar de Mira, tinha sido muito difícil; que, tinham chamado a atenção para os enormes prejuízos que a medida iria causar e os projectos que se iriam perder nessa sequência, da frustração local e regional, da comunidade educativa que tão empenhada e integrada estava no sistema, enfim, tinham dramatizado ao máximo a realidade existente e, a certa altura, tinham começado a ser atendidos; que, havia vários argumentos invocados e também, uma ajuda preciosa vinda da Administração Regional de Saúde do Centro, porquanto tinham tido conhecimento de que a ARS também tinha feito análises nas datas referidas em que os resultados eram negativos e ao confrontarem essas análises tinham constatado que apontavam bons resultados; que, ao serem apresentadas essas análises em Lisboa, tinha sido um pouco complicado, uma vez que importava saber porque razão a ARS que já não fazia análises para a bandeira azul, as continuava a fazer; que, tinha também a agradecer a intervenção do sr. Presidente da Administração



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Regional de Saúde do Centro, Prof. Doutor Fernando Regateiro, achando mesmo que tinha sido determinante a acção por ele desenvolvida; que, apenas tinha suspirado de alívio no momento em que, em Lisboa, tinha ouvido anunciar que na Região Centro não tinha havido perda de nenhuma bandeira e, só a partir desse momento, tinha começado a extravasar a emoção contida durante largas semanas, sentindo-se na obrigação de dar esclarecimentos à população sobre o que se tinha passado e também agradecer a quem tinha disponibilizado ajuda, não em termos de terem feito algum favor no sentido de ser violada alguma imposição legal, em termos ambientais ou outros, porque não era isso que estava em causa, o mar de Mira não podia, de jeito nenhum, estar poluído. Rematou, por fim, afirmando que tudo isto era a verdade dos factos, nada mais se tinha passado, esta era a mensagem que tinha passado para a comunicação social e que não era de baixar os braços e deixar de enfrentar os problemas e de dizer as verdades. -----

----Dada a palavra ao sr. deputado Luis Filipe Barreto, este começou por se reportar a um assunto que o preocupa e preocupa todos os Mirenses e que deveria ser abordado de uma maneira mais pertinente por parte do Executivo. Disse tratar-se, em concreto, do assunto da saúde no concelho e que, quer se quisesse ou não, ninguém podia dissociar-se do facto do sr. Presidente da Assembleia ser igualmente o Presidente da ARS-Centro, o qual, tal como noutras matérias, também naquela poderia desempenhar uma ajuda preciosa; que, estranhava que o sr. Presidente da Câmara tivesse afirmado que apenas sabia do assunto através da comunicação social, porquanto tinha tido conhecimento, através dos jornais, de que tinha havido uma reunião no Governo Civil, com todos os presidentes de câmara do Distrito, em que estava também presente o sr. Presidente da





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ARS, tendo o sr. Prof. Doutor Regateiro confirmado a realização de tal reunião e a presença do sr. Presidente da Câmara na mesma. O sr. deputado Luis Filipe continuou, dizendo que o assunto era demasiado preocupante, nada estava decidido, mas dizia-se muita coisa e para si era muito importante saber-se quais as extensões de saúde que, eventualmente, iriam fechar e também o eventual encerramento dos S.A.P.; que, todos tinham consciência, ainda mais o sr. Presidente da Assembleia Municipal, por ser Médico, de queurgia que os cuidados de saúde, sobretudo em determinadas faixas etárias, como as crianças e os idosos, estivessem o mais possível próximos das populações; que, era frontalmente contra esta medida do Governo e esperava que aquilo pelo que as populações tinham lutado durante tantos anos, como era o caso das extensões de saúde da Barra, da Lentisqueira, Carapelhos assim como a hipotética construção de uma nova extensão de saúde no Seixo, a qual tinha chegado a estar inscrita em PIDACC, não representasse agora um retrocesso e que se esteja a caminhar no sentido inverso, numa visão meramente economicista, sendo defensor de que deve ser o Estado a suportar os encargos com a saúde que considera não como uma despesa, mas como um custo que tem que ser suportado, muito mais do que qualquer outro, como a defesa, a educação ou qualquer outro e, assim sendo, solicitava ao sr. Presidente da Câmara e também ao sr. Presidente da Assembleia que prestassem as informações de que eventualmente dispunham para que todos dali saíssem conhecedores da verdade. ----

----Seguidamente, o deputado Dr. Raul de Almeida, na qualidade de líder da bancada do PSD e na sequência da intervenção do sr. deputado Luis Filipe Barreto, apresentou, em nome da sua bancada, o seguinte requerimento à Mesa: -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mira:-----

----A protecção da saúde constitui um direito fundamental de todos os cidadãos, cabendo ao Estado, nos termos do artigo 64.º da CRP, o dever de assegurar a efectivação deste direito, nomeadamente, através da adopção de medidas que garantam “... o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação”. -----

----Considerando que a consagração na Constituição da República do direito universal dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde é uma conquista democrática do povo português -----

----Considerando, também, que as unidades de saúde que estão mais próximas dos cidadãos – Extensões e Centros de Saúde – devem servir, principalmente, as suas necessidades quotidianas e não obedecer a critérios exclusivamente economicistas ou de gestão centralizada de recursos humanos; -----

----Considerando que a acessibilidade física, na sua dupla vertente de mobilidade e custos, não pode deixar de ser equacionada para a escolha de localização dos equipamentos/serviços para a melhoria da prestação de cuidados de saúde; -----

----Considerando, ainda, que, independentemente da oportunidade e eventual pertinência das eventuais medidas a tomar pelo Ministério da Saúde relativamente ao encerramento das extensões de saúde do Concelho de Mira, este processo deverá ser precedido da auscultação das populações.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*----Considerando que tal falha de diálogo não pode justificar, em caso algum, posições casuísticas e demagógicas que procurem explorar em benefício político-partidário as legítimas expectativas e anseios das populações; -----*

*----A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Mira, vem requer a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos da alínea d) do artigo 11º e dos n.º 1 e 4 do artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal, que seja colocada à votação uma moção contra o eventual encerramento de extensões de saúde no Concelho de Mira. -----*

*----Requer, ainda, que se delibere, sobre a Solicitação ao Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Saúde, urgentes e rigorosos esclarecimentos sobre os fundamentos, conteúdo e objectivos das políticas ministeriais que suportam este tipo de decisões, potencialmente lesivas dos interesses imediatos dos Municípes de Mira. -----*

*----Mira, 28 de Junho de 2006-----*

*----Termos em que requer.-----*

*----A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Mira”-----*

*----O requerimento acima exarado foi admitido pela Mesa e, de imediato, foi submetido a votação, sem discussão, em cumprimento do estatuído no n.º. 4 do artº. 48º. do Regimento da Assembleia Municipal de Mira, tendo sido aprovado por maioria. Votaram a favor os senhores deputados do PSD e os deputados do PS Marco Custódio, João Nogueira e Paulo Reigota; abstiveram-se os restantes deputados do PS, à excepção da deputada Maria Elzita Seixas e do deputado Carlos Monteiro, que votaram contra. Também se absteve o deputado do MEL, sr. Carlos Milheirão. -----*

*----“TOMADA DE POSIÇÃO DO PSD:-----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Manifesta-se totalmente contra, porque:*-----

----*Os utentes são pessoas idosas e com fracos recursos que têm dificuldade de se deslocar*-----

----*Não conhecemos situações alternativas;*-----

----*Extensões e Centros de Saúde – devem servir, principalmente, as suas necessidades quotidianas e não obedecer a critérios exclusivamente economicistas ou de gestão centralizada de recursos humanos;*-----

----*Manifestar total disponibilidade para se encontrarem soluções estáveis e globais num quadro do Sistema de Saúde, e, numa base de diálogo construtivo e cooperação institucional, que salvaguarde o inalienável direito dos Mirenses aos cuidados de saúde;*-----

-----Seguiu-se a declaração de voto dos senhores deputados Engº. Carlos Monteiro e Elzita Seixas, lida pelo primeiro, do seguinte teor: “*O nosso voto contra vai no sentido de não estarmos de acordo com a oportunidade do requerimento e não contra o seu conteúdo*”.-----

----Seguiu-se a intervenção do deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo, relativamente ao facto do Sr. Presidente da Câmara, não querer dar justificações sobre a sua ausência às reuniões da Assembleia Municipal, sublinhando o facto de que era necessário saber como andava o Concelho. De seguida pediu esclarecimentos sobre o facto de existir, ou não, um compromisso das “Estradas de Portugal” para terminar a A17, construindo assim a variante a Mira na EN 109, corrigindo logo de seguida o termo, tendo dito que este não existia desde 2000, chamando-se agora IC 1, terminando a sua intervenção com



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a solicitação do processo da variante a Mira. -----

----O deputado Sr. Narciso Patrão interveio, respondendo assim ao Sr. deputado Eng. Carlos Monteiro, a propósito da indemnização à Sociedade “Mira Development, S. A.”, dizendo que se a Câmara tivesse que indemnizar esta, o melhor seria “*fechar a porta*”. -

----Ainda usando da palavra o Sr. deputado Narciso Patrão referiu que tinha sido acusado, juntamente com outros deputados no processo da Sociedade supra mencionada, tendo dito ainda que o negócio tinha sido autorizado, mas que não tinha ido à Assembleia, sendo o negócio de 80.000.00 Contos e a escritura que tinha sido celebrada tinha sido de 25.000.00 Contos. De seguida citou um parecer elaborado pelo Sr. Dr. Juiz, que continha o seguinte teor: “ *Foi considerado pelo Tribunal uma salutar intervenção no que concerne à administração e gestão dos bens pertencentes ao Município. A exigência da verdade e a transparência da administração dos bens e interesses locais não é uma ofensa, considera igualmente o Tribunal. O comunicado foi emitido em Novembro de 1991 denunciando eventuais irregularidades no processo “Mira Development” e acusando o Executivo da responsabilidade do PSD por falta de transparência nos negócios públicos pois o referido processo não foi levado à Assembleia Municipal*”. -----

----Autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. deputado Carlos Milheirão interveio questionando o executivo acerca dos horários de funcionamento dos estabelecimentos, tendo dito também que é abordado frequentemente por comerciantes da Praia de Mira acerca deste assunto. Outra questão que mencionou, foi o facto de os assadores dos Parques de merendas terem sido destruídos e não ter sido dado



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento à Junta de Freguesia da Praia de Mira e também possivelmente à Câmara Municipal, referindo ainda que os “*caliços*”, ainda lá se encontravam. -----

----Usando ainda da palavra o Sr. deputado Carlos Milheirão mencionou o facto de estar contente em relação à estrada do Guarda Marques ter “ *um pedaço de tapete*” e questionando ainda, para quando o acabamento desse mesmo tapete até ao “IC 1”. Expôs ainda, uma reclamação de um utente do núcleo A do Miroásis, que tinha há cerca de dois meses umas valas abertas onde já foram colocados canos de esgoto e solicitando ainda que as fossem fechar. Referiu que a casa da Guarda Fiscal da Praia de Mira continuava a “*parecer mal*”, estando em causa a saúde pública e para finalizar o Sr. deputado apelou ao Gabinete Técnico um gradeamento para a Lota da Praia de Mira, gradeamento esse que já vem a ser pedido há alguns anos, salientando, que por falta do mesmo já tinha ocorrido um acidente. -----

----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho dizendo que se tinha gasto muito dinheiro nas regas que integram o Miroásis, e que agora as regas trabalhavam “*dia e noite*”, lastimando o facto da relva já se encontrar seca. -----

----Não existindo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Executivo, após ter congratulado o Sr. deputado Luís Filipe Barreto, por ter sido eleito Presidente da Comissão Política do PSD. -----

----Terminadas as intervenções e para responder às mesmas, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por responder ao Sr. deputado Gabriel Pinho, afirmando que se gastava e desperdiçava muita água no Concelho. -----

----Seguidamente e em resposta ao Sr. deputado Dr. Paulo Grego, o Sr. Presidente da



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara referiu que a Variante Norte já estava em construção e que a colocação dos “tapetes” seria para breve, referindo ainda que esta obra era de uma grande satisfação, pelo seu historial, pois tinha passado por vários executivos, sublinhando o facto de que a sua inauguração já estava por pouco tempo. Quanto à intervenção do Sr. deputado Luís Filipe Barreto, o Sr. Presidente disse que o Executivo estava determinado em resolver questões nesse sector como noutro, mas principalmente num sector tão importante como era o da saúde. Acerca de outras questões, o Sr. Presidente referiu que tinha falado sobre questões concretas e oficiais, e não de questões eventuais, porque se falasse deste tipo de questões o melhor seria “*fechar tudo*”, mencionou ainda o facto do eventual e se calhar mais que concreto, encerramento da Câmara Municipal, se perdesse o caso “Miraférias”, referindo que o acto condenatório já tinha existido no mandato anterior, ou seja, em 2005, desmentindo assim, o facto de o Município de Mira, em 1999, não ter contestado, contestação essa que foi feita em 24 de Março de 1999. Referiu ainda que o processo tinha sido mal conduzido pelo executivo anterior, no mínimo de forma negligente. Sobre as intervenções do Sr. deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo, não respondeu, devido ao facto da confusão que fez com a denominação das variantes. Em resposta às intervenções do Sr. deputado Narciso Patrão, o Sr. Presidente da Câmara felicitou-o por mais uma vez ter focado a questão do “Miraférias”. Quanto as intervenções do Sr. deputado Carlos Milheirão, respondeu que os assadores eram da responsabilidade da Guarda-florestal, mas que iriam ser retirados no dia seguinte pelo Eng. Rui Silva. Relativamente à estrada do Guarda Marques, mencionou que competia ao Presidente da Câmara, a todos os Presidentes de Junta e a todos os eleitos



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuarem a sua reivindicação relativamente a estes assuntos, pois a estrada é florestal, apelando também para que fizessem o mesmo relativamente à casa da Guarda Fiscal, mencionando que a Câmara tem feito tudo junto do Governo Civil, do Secretário de Estado e do Primeiro-Ministro para resolver esta questão. Quanto aos horários de funcionamento, referiu que a Câmara só tem que seguir os Regulamentos, os quais já estavam a ser alterados, para serem aprovados pelo Executivo, depois iriam a consulta pública, passariam à Assembleia e só a partir daí e que poderiam ter funcionalidade jurídica. -----

-----Terminada a intervenção do Sr. presidente da Câmara, usou da palavra o Sr. deputado Gabriel Pinho, questionando o Sr. Presidente porque razão deixou a relva secar, no “Miraóasis”. -----

-----De seguida interveio o Sr. deputado Eng. Virgílio Cravo Roxo voltando a pedir esclarecimentos sobre projecto de uma variante à “ex” EN 109. -----

-----Interveio o Sr. deputado Carlos Milheirão, dizendo que o Regulamento Municipal vigente, conferia ao Presidente da Câmara direitos de alargar ou restringir os horários de funcionamento. -----

-----Autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia a intervir, o Sr. deputado Carlos Monteiro, disse e esclareceu que os processos não são iguais e que não tinha qualquer conhecimento “daquela” documentação. -----

-----Usou da palavra e com autorização do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que os horários de funcionamento têm que ser aprovados pelos Órgãos Municipais, respondendo assim ao Sr. deputado Carlos Milheirão. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Quanto à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, referiu que as regas se tinham encontrado avariadas e que só agora tinha sido possível repará-las, conforme informações do Eng. Rui Silva. -----

----Decretado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezanove horas e quinze minutos quando se deu início a um pequeno intervalo, tendo sido reiniciada a sessão às dezanove horas e cinquenta minutos. -----

----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:**-----

----**PONTO UM: “Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do artº 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”:**-----

----Autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia a intervir, o Sr. Presidente da Câmara, referiu que a situação da Autarquia estava muito complicada, no entanto tem existido alguma recuperação, mas no geral a situação era grave, pois existiam despesas do anterior executivo entre facturas, dívidas, empréstimos, despesa contratualizada, alguma ainda não facturada, etc., referindo-se assim no global, assumindo então a dificuldade financeira da Autarquia. -----

----Interveio assim o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário que mencionou que as taxas de execução ainda se mantinham baixas. Relativamente ao relatório da DOM, ressaltou o facto da recepção atempada do mesmo, e pediu que ficasse registado em acta o bom desempenho dos serviços administrativos neste aspecto. Quanto ao projecto das instalações provisórias da Escola de Hotelaria de Mira, questionou para quando as



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obras e a sua localização. -----

----Ainda usando da palavra o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, informou que relativamente ao Projecto da Modernização Administrativa, tinha sido retirada uma verba. Por fim, e em relação à contratação em regime de avença de um Técnico Superior de Engenharia Geográfica, referiu que a Câmara estava bem servida nessa área. -----

----O Sr. Presidente da Câmara interveio, dizendo que concordava com a opinião do Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, quanto às taxas de execução se manterem baixas, mas que também se tinha visto uma recuperação “clara” nalguns sectores, como na receita de capital etc., quanto ao projecto da escola de hotelaria, tratava-se de um pequeno arranjo na Cooperativa. Em relação à contratação de Técnico Superior de Engenharia Geográfica, tinha a ver com os Projectos de Modernização Administrativa da AMRIA e da SECUR-RIA. -----

----**PONTO DOIS: “ Aprovação nos termos do disposto na alínea b), do n. 2, da 2.<sup>a</sup> Revisão Orçamental, 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano Plurianual de Investimentos e 2.<sup>a</sup> Revisão às AMR’S.”-----**

----Autorizado pelo Sr. Presidente da Mesa a falar, o Sr. Presidente da Câmara mencionou que nas despesas de capital, existia uma situação relativa aos terrenos da 1ª e 2ª fase da Variante. Referiu o Sr. Presidente da Câmara que a indemnização dos terrenos da 2ª fase tinha sido entretanto, assumida pelo Estado, pelo que a Câmara Municipal encontra-se a negociar neste momento com o Banco a amortização desse empréstimo. --

----Quanto às construções na Variante Norte, estas têm decorrido mais rápido do que se



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previa, referiu. Para finalizar a sua intervenção, o Sr. Presidente pronunciou-se, acerca do contrato efectuado com a Sociedade “ Águas do Mondego S.A.”, mencionando que o contrato teria que ser revisto mediante novos condicionalismos e novas negociações, informando assim a saída da Câmara da Sociedade, como já tinha sido aprovado pelos Órgãos Municipais. -----

----Interveio, se seguida, o Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, pedindo esclarecimentos acerca da diminuição da dotação orçamental no Projecto da Modernização Administrativa, que passava de uma dotação de 40.000 €, para uma dotação final de 10.000 €, retirando assim 30.000 € e sublinhou o facto de o projecto ser bastante interessante para ser retirado este montante. Referiu-se ainda a um apoio da Câmara Municipal a um Projecto denominado “Navegar nas Estrelas”, com uma dotação de 30.000 €, e para finalizar a sua intervenção, disse ainda que tinha existido um aumento crescente em algumas rubricas que têm a ver com o pessoal, focando um aumento significativo na massa salarial. -----

----O Sr. Presidente interveio e em resposta ao Sr. deputado Dr. Juan António Apolinário, explicou que essas rubricas foram acumuladas em anos anteriores, ressaltando o facto de ter dificuldade em se explicar em relação a essa matéria. -----

----De seguida o Sr. Vereador Miguel Grego interveio, dizendo que o projecto “Navegar nas Estrelas” tinha sido um projecto aprovado pelo executivo, no âmbito da “Ciência Viva”, existindo assim uma parceria com a “AstroEmir” e que era financiado a 100%, referindo que seria necessário avançar com o dinheiro, para a aquisição de um planetário insuflável e que o retrocesso desse dinheiro variaria entre oito e dezoito



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meses, sublinhando ainda que era por uma boa causa, devido ao facto de Mira ficar com um dos poucos planetários insufláveis do País. -----

----Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade**. -----

----Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade**. -----

----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro. -----

\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_